

εἶπεν τις ἐξ αὐτῶν, ἴδιος αὐτῶν προφήτης, Κρήτες ἀεὶ ψεῦσται
 “Um deles, seu próprio profeta disse: Os cretenses são sempre mentirosos ...”
 Epistola a Tito I,12

Como sabemos, o estudo dos pensadores anteriores a Platão oferece grande dificuldade para o leitor moderno. Em parte devido à falta dos textos originais destes pensadores, em parte devido ao excesso de interpretações oferecidas às suas teorias e posições, a compreensão daquilo que foi, realmente, dito por esses homens torna-se uma tarefa quase impossível de ser realizada. No caso de Parmênides, no entanto, podemos ver no conjunto das publicações em torno deste pensador, um grande grupo constituído principalmente de artigos anglo-saxônicos, onde a característica que os une é a atribuição a Parmênides de um argumento que impossibilita o discurso falso e, por consequência, a linguagem.

Pretendemos apresentar, no próximo capítulo, uma interpretação para o problema da falsidade contido no diálogo *Sofista*. Como a formulação deste problema no diálogo está diretamente ligada à figura de Parmênides, podemos estabelecer como válida, ao menos provisoriamente, a hipótese de que as teses de Parmênides podem servir como premissas para um argumento contra a possibilidade do discurso falso. Portanto, selecionaremos dentre as interpretações do poema, somente aquelas que atribuam a Parmênides aquilo que Platão está atribuindo. Assim fazendo, estamos apenas usando o poema e seus comentários, como parte dos dados disponíveis para o estudo do problema da falsidade no discurso. Posteriormente, nos voltaremos para solução oferecida por Platão para este problema, no diálogo *Sofista*.

Assim sendo, o presente capítulo fará uma apresentação da doutrina eleata que, propositalmente, aproxima esta doutrina da exposição contida no *Sofista* acerca do problema da falsidade. Com isso pretendemos expor os argumentos e assunções que teriam levado, se não o próprio Parmênides, alguns dos pensadores da época de Platão a derivar um argumento contra a possibilidade do discurso

falso e, portanto, de todo discurso, a partir do raciocínio contido no poema de Parmênides.

3.1 As Teses de Parmênides

O diálogo *Sofista* serve como fonte para o fragmento 7.1 do poema de Parmênides e este fragmento refere-se à impossibilidade de unir o ser ao não ser:

ou) gar mh̄pote touto damh̄z̄ einai mh̄ eb̄hta: a) | a) sul̄ thsd'
a)F' o(̄dou= dizh̄sīoj

“Não, pois jamais isso prevalecerá: ser o que não é; tu, porém, afasta o pensamento deste caminho de investigação”.

A importância do fragmento fica evidente quando notamos que nele estão contidos os dois aspectos mais relevantes do poema e mais explorados pelos comentadores de Parmênides: a referência a caminhos do conhecimento ou da investigação (o(̄dou= dizh̄sīoj), a radical separação entre ser (einai) e não ser (mh̄ einai).

A oposição entre ser e não ser está presente por todo o poema e podemos considerar consenso que esta separação radical é uma das premissas que governam o poema. Sua exposição mais evidente encontra-se no fragmento 2, reconhecidamente um fragmento central para compreensão do poema e, dramaticamente, a primeira afirmação da deusa:

εἰ δ' ἄγ' ἐγὼν ἐρέω, κόμισαι δὲ σὺ μῦθον ἀκούσας,
αἴπερ ὁδοὶ μοῦναι διζήσιός εἰσι νοῆσαι·

I) ἢ μὲν ὅπως ἔστιν τε καὶ ὡς οὐκ ἔστι μὴ εἶναι,
Πειθοῦς ἔστι κέλευθος (Ἀληθείη γὰρ ὀπηδεῖ),

II) ἢ δ' ὡς οὐκ ἔστιν τε καὶ ὡς χρεῶν ἔστι μὴ εἶναι,

τὴν δὴ τοι φράζω παναπευθέα ἔμμεν ἀταρπὸν·
οὔτε γὰρ ἂν γνοίης τὸ γε μὴ ἔὸν (οὐ γὰρ ἀνυστόν)
οὔτε φράσαις.

“Vem e eu te direi e tu recebe a palavra que ouviste, os caminhos únicos de investigação que são a pensar:

I) Que é, e que não é não ser, é o caminho da persuasão (pois acompanha a verdade);

II) Que não é, e que necessariamente é não ser, este eu digo é plenamente insondável, pois nem conheceria o que não é (pois não é realizável) nem o dirias”

As questões que se apresentam, naturalmente, a quem lê o fragmento são: qual é o sujeito das sentenças I e II, e ainda: qual o valor das ocorrências do verbo “ser”, nesta passagem? De fato, grande parte das interpretações dadas ao poema pode ser agrupada em torno destas duas questões. Cornford, seguindo a interpretação consagrada para o verbo “ser” em sua forma absoluta, admite um valor existencial. Partindo desta leitura existencial, Cornford argumenta que as características apresentadas no decorrer do poema esclarecem o conteúdo do sujeito desta sentença inicial. Assim, os atributos apresentados no poema: ser uno, indivisível, ingênito e imóvel, referem-se, segundo Cornford, à unidade pitagórica e às teorias cosmológicas, o que aproximaria Parmênides de seus antecessores. (CORNFORD,1939)

Como foi argumentado por Owen (OWEN,1960), o raciocínio empregado por Cornford parte de duas premissas. A primeira afirma, sem argumentação, que o sujeito da sentença II deve ser entendido como τὸ ἔὸν que é traduzido por Cornford como “o existente”. A outra premissa assumida é a de que o sujeito da sentença existe e é unitário. Como corretamente argumentou Owen, além desta interpretação tornar a sentença uma tautologia (o existente existe), ela implica que Parmênides não esteja tentando provar as características daquilo que ele está

entendendo sob o título de “ser”. Para Cornford, tanto “o ser” quanto sua existência e sua unidade são pressupostos do raciocínio contido no poema. Ou seja, se aceitarmos tão facilmente as premissas de Cornford, perdemos o essencial do argumento apresentado no poema, posto que o argumento gira em torno da exposição, justamente, daquilo que Cornford assume como premissas não argumentadas, mas aceitas de antemão. Assumindo que o argumento de Parmênides parte das premissas de que “o ser” é tanto existente quanto indivisível (uno), considerar a unidade pitagórica como sujeito da sentença, tal como Cornford estranhamente acredita, é apenas mais um passo.

No entanto, se aceitarmos a interpretação de Owen, segundo a qual a existência e a unidade do sujeito das sentenças I e II é o resultado da argumentação do poema, ficamos com a pergunta: com o que devemos preencher esta lacuna do sujeito, para que o argumento que se segue faça sentido?

Owen mantém a mesma interpretação existencial para as ocorrências do verbo “ser” presentes na passagem. Contudo, a questão acerca dos sujeitos das sentenças I e II torna-se ainda mais importante em sua interpretação do poema. Segundo Owen, o objetivo mesmo do poema é provar que para questão “Isto existe?” “apenas uma resposta positiva pode ser dada; a negativa é excluída pela alegação de que o que não existe não pode ser distinguido em pensamento ou fala (B 2. 7-8)”. (OWEN, 1960:59) O argumento de Parmênides, segundo Owen, parte da equiparação entre “o que não existe” e “nada”, e procura estabelecer que o que quer que possa ser pensado ou dito, necessariamente, existe.

Certamente esta é uma afirmação que demanda um forte argumento para ser aceita, afinal, tanto nós quanto os contemporâneos de Parmênides, estamos acostumados a falar sobre coisas que não existem. Falamos e pensamos sobre o vasto mundo de seres fantasiosos e mitológicos que certamente não existem. Além disso, falamos coisas do tipo: “não existe o homem que possa lutar contra os deuses.”, onde o tal homem é justamente o sujeito lógico da sentença. Por que achar que só podemos falar sobre o que existe? Ou, o que é o mesmo, que tudo sobre o que podemos falar, incluindo as quimeras e o tal homem onipotente, existe.

O argumento de Parmênides parece possuir a força necessária para afirmação que se propõe. A partir da simples premissa de que “o que não existe”

equivale ao “nada”¹, ele conclui que tudo de que falamos e pensamos existe. Pois se falamos e pensamos sobre X, então, X não é “nada”. E como “nada” = “o que não existe”, por substituição, X não é “o que não existe” e, portanto, é “o que existe”.

O problema acerca da possibilidade de negar coerentemente a existência de alguma coisa ou alguém é, de fato, um problema bastante comum entre filósofos contemporâneos e mais de uma vez foi atribuído aos pensadores clássicos o seu reconhecimento. De maneira geral, o argumento parte da admissão, bastante plausível, de que para que um determinado nome seja legitimamente o sujeito de uma proposição, este nome deve referir-se a alguma coisa na realidade. Isto é plausível porque entendemos que quando dizemos: “Helena é bela”, a palavra “Helena” está no lugar da pessoa que estamos querendo nos referir. Quando não há a pessoa a qual queremos nos referir pela palavra “Helena”, esta palavra perde seu significado. Portanto, uma carência de referência do termo que ocupa o lugar do sujeito de uma proposição nos levaria a uma situação em que estaríamos emitindo uma proposição sem sentido. Pois, aquilo sobre o qual diríamos alguma coisa não é um legítimo sujeito.

Assim, alguém que queira negar a existência de, digamos, “Sací-pererê” estaria em posição de extrema desvantagem: tendo em vista que a própria sentença “Sací-pererê não existe”, sob estas condições, dependeria da existência do Sací-pererê para ter sentido. Ou seja, analisando as sentenças que possuem sujeitos carentes de um objeto ao qual se refiram como sem sentido, estamos tornando sem sentido até mesmo a sentença que nega a existência deste sujeito. Portanto, a sentença “Unicórnios não existem.”, ou bem não possui significado, ou bem possui um referente para a palavra “unicórnios”. Isto parece particularmente estranho porque dizer de uma dada coisa que ela não existe,

¹ O fragmento mais usado para estabelecer esta equivalência como uma premissa do poema é Fr.6-9:

χρὴ τὸ λέγειν τε νοεῖν τ' ἐὼν ἔμμεναι· ἔστι γὰρ εἶναι,
μηδὲν δ' οὐκ ἔστιν· τὰ σ' ἐγὼ φράζεσθαι ἄνωγα.

“É necessário o dizer e o pensar que o ser é: pois é ser;
nada não é; estas coisas eu te mando considerar”

Nesta passagem, assim como em todas as outras, traduziremos o particípio do verbo εἶναι por “o ser”. Apesar de estarmos traduzindo um particípio por um infinitivo, achamos mais natural do que o uso do particípio “ente”, forjado para estes casos e incomum em português usual. Usaremos, também, “o que é” como tradução para o particípio de εἶναι.

equivale a dizer que seu nome não possui objeto ao qual se refira. (cf.:QUINE,1953)

A posição de Owen pode ser resumida da seguinte forma: acerca da questão do valor do verbo “ser” nas passagens centrais do poema, Owen mantém a interpretação existencial, proposta por Cornford. No entanto, com relação à questão acerca do sujeito relacionado a este verbo, Owen propõe que devemos entendê-lo como um “sujeito formal” que só adquire valor no decorrer da argumentação do poema, onde são expostos seus atributos, a começar pela existência. Sendo assim, ao fim da argumentação, chegamos à conclusão de quais características um sujeito necessita ter para ser, justamente, um legítimo sujeito.

Entendido desta forma, a argumentação de Parmênides apresenta já uma relação entre o argumento do poema e a passagem do *Sofista* onde Parmênides é citado. Como veremos, Platão relaciona Parmênides ao problema da possibilidade do discurso falso. Da maneira como é exposto por Owen, o poema apresenta um argumento contra a possibilidade de um determinado tipo de discurso falso, aquele discurso restrito às afirmações de existência. Pois, como é provada a impossibilidade de se formular um existencial negativo (x não existe) verdadeiro, torna-se impossível, também, a formulação de um existencial positivo falso. Afinal, para que a sentença “unicórnios existem.” seja falsa, a sentença “unicórnios não existem”, necessariamente, deve ser verdadeira, coisa que, como acabamos de ver, mostrou-se impossível.

Em “*The Presocratic Philosophers*”, Kirk e Raven propõem uma interpretação que estende os resultados obtidos por Owen, com relação a sentenças do tipo: “ a é (existe)”, às sentenças da forma “ a é F ”, onde o verbo possui um valor predicativo. Kirk e Raven partem da suposição de que Parmênides não possuía uma clara distinção entre os usos existencial e predicativo do verbo “ser”. Isto é, de alguma maneira não especificada pelos comentadores, Parmênides e seus contemporâneos não possuíam a capacidade de diferenciar uma sentença do tipo “Sócrates existe” de outra do tipo “Sócrates é ateniense”. Dada esta suposta ignorância, o poema estaria afirmando a incapacidade de se emitir qualquer sentença que possuía “não é” como seu constituinte.

A falácia contida no poema estaria em estender uma argumentação válida com relação ao uso existencial (a é), para o uso predicativo (a é F). Concluindo, erradamente, que toda predicação negativa careceria de sentido. Assim sendo,

qualquer sentença envolvendo a fórmula “não-é” estaria banida da linguagem, pois apresentaria em seu interior um absurdo conceitual. Neste tipo de interpretação, todas as sentenças positivas falsas, do tipo “*a é F*”, também seriam proibidas, tendo em vista que sua correspondente negativa verdadeira “*a não é F*”, não poderia ser formulada.

No entanto, esta tese tem sido alvo de severas críticas por parte dos comentadores de textos de filosofia antiga. Autores como Furth em “*Elements of Eleatic Ontology*” combateram esta tese com base na alegação de que ela trata como um equívoco aquilo que, na verdade, é um aspecto do pensamento grego. Furth reconhece a falta de uma distinção precisa entre os dois usos elementares do verbo ser em grego antigo. No entanto, considera que esta falta de distinção faz parte de uma tendência presente na filosofia antiga, ligada a um determinado esquema conceitual mais amplo e que possui, inclusive, outras manifestações.

Segundo Furth, a tendência presente no pensamento antigo de considerar a atribuição de uma propriedade a um objeto como o modelo para asserção de um fato e o reconhecimento de que a estrutura predicativa (sujeito-objeto) possui um paralelo com este modelo, levaram os pensadores da antiguidade a tomar a forma predicativa do verbo “ser” (*a é F*) como “paradigmática para afirmar que qualquer coisa é o caso”. Ao invés de uma mera confusão, a falta de distinção clara entre os usos do verbo “ser” representaria a fusão desta noção de *ser o caso* com a noção de *existência*.

Para Furth, a assimilação entre as noções de *existir* e *ser o caso* presente na maneira unívoca como o verbo “ser” é tratado no período clássico pode ser encontrada em outros termos da língua grega. E esta característica teria levado os pensadores clássicos a assimilar alguns conceitos que, nós modernos, tomamos como distintos. Assim, da mesma maneira que o particípio do verbo “ser” é usado para afirmar a existência de um termo, também é usado para afirmar a verdade de um fato. Furth destaca algumas palavras que são usadas indistintamente, tanto para objetos quanto para fatos de estrutura proposicional.

- 1) ser-o-caso (ὄν) com existência (ὄν).
- 2) fatos (πράγματα,) com objetos (πράγματα,).
- 3) vir-a-ser o caso (γίγνεσθαι) com vir-a-ser = passar a existir (γίγνεσθαι).

Como a argumentação de Parmênides possui este tipo de assimilação como pressuposto, sua noção de ser não pode estar restrita nem à noção de existência, nem à noção de ser alguma coisa, no sentido de ter determinada propriedade (ser um homem, ser verde, etc). No conceito de “ser” exposto por Parmênides estas duas noções estão unidas. Furth ainda afirma que esta assimilação reflete-se nas palavras gregas usadas para aquisição de conhecimento (*gignw̄skein* e *εἰδέναι*). Estes verbos são usados normalmente para conhecimento direto (*acquaintance*), como quando conhecemos alguém ou algum objeto, e conhecimento proposicional, como quando conhecemos algum fato, respectivamente. No entanto, não são raros exemplos onde *gignw̄skein* é usado para conhecimento proposicional, seguido de preposição com objeto proposicional *gignw̄skein* *óti* (saber **que** alguma-coisa). Mesmo sendo mais comum o uso seguido de objeto não proposicional como no famoso dito *gnw̄qi s`auton* (conhece-te a ti mesmo),. Este mesmo tipo de ambigüidade também pode ser encontrada no uso de *εἰδέναι* que, apesar de normalmente introduzir um sujeito proposicional (com *w̄j*, *óti* ou *ei*), “ainda parece manter seu antigo sabor de ‘ter-visto’, o que é visto sendo coisa (pessoa, p.ex.) ou fato indiferenciadamente.” (FURTH,1968:117)

Em português, esta distinção está mais bem traçada pelo par (conhecer-saber): podemos conhecer alguém ou alguma coisa, e sabemos **que** alguma coisa aconteceu ou é verdade. No entanto, a substituição entre os verbos resulta em erro, por exemplo, “Eu *sei* João” e “Eu *conheço* que Helena fugirá para Tróia”, são construções não aceitas. Em grego, a assimilação destas duas formas de compreensão do ato de conhecimento é parcial, mas não total. Por isso, Parmênides e seus contemporâneos ainda tendem a tratar indistintamente propriedades de termos (gerais e singulares) e propriedades de sentenças. Segundo Furth, um exemplo encontra-se na noção de *verdade*. Como há uma tendência em aproximar conhecimento direto e conhecimento proposicional, a fórmula comumente usada para exprimir que algum dito é verdadeiro aplica-se para ambas as formas de conhecimento, indiferenciadamente. Assim, a compreensão da verdade para proposições, aquelas que descrevem o que é (o caso), é assimilada a

compreensão da verdade para termos, entendida como aplicar-se a alguma coisa (denotar algo). E correspondentemente, falsidade para sentenças tende a associar-se com a falta de denotação para termos (não aplicar-se a nada).

Tendo estabelecido sua tese com relação à compreensão geral das ocorrências do verbo “ser” em grego antigo, Furth passa a analisar o conceito de “ser” exposto por Parmênides, com o objetivo de compreender com base em qual argumentação este pensador teria chegado às suas tão famosas quanto paradoxais conclusões. A primeira questão levantada por Furth é acerca de qual tipo de conhecimento o poema trata. Se o próprio Parmênides define suas alternativas como “caminhos de investigação”, nada mais natural do que questionar sobre o que se pretende investigar. Como a compreensão dos usos do verbo “ser” exposta por Furth tem como objetivo aproximar as alternativas que desde há muito vinham sendo apresentadas (existencial e predicativa), sua resposta a esta questão, coerentemente, afirma que a investigação na qual Parmênides está interessado, abarca tanto questões ligadas à afirmação ou negação da existência de algum objeto quanto questões acerca da afirmação ou negação de um fato:

“Por uma investigação sobre ‘o que é’ eu entenderei *qualquer investigação sobre o que é assim, o que é o caso; qualquer procedimento com o objetivo de afirmar os fatos*. Isto pode ser uma investigação sobre se acaso uma determinada coisa existe ou se coisas de um determinado tipo existem, ou se acaso uma coisa possui determinada qualidade” (FURTH,1968:117)

Apesar da tese de Futh estar baseada na assimilação, por parte de Parmênides, dos dois usos fundamentais do verbo “ser”, em sua argumentação, o autor trata separadamente as duas noções e pretende que a analogia entre os dois casos indique a maneira como Parmênides teria raciocinado. Digo “a maneira como Parmênides teria raciocinado” porque é pela invenção de um diálogo com interlocutores imaginários que Furth apresenta o desenvolvimento das hipóteses de Parmênides.

Segundo Furth, podemos compreender boa parte do poema como uma crítica dirigida por Parmênides àqueles que se lançam em uma investigação acerca do “que é”. De tal maneira que o sujeito para as ocorrências do verbo “ser” presentes na disjunção inicial: “é ou não é” (ἔστιν ou οὐκ ἔστιν), devem ser fornecidos pelo interlocutor que pretende expor sua ontologia. Furth inicia a

apresentação do tratamento de Parmênides para questões de existência com a introdução da noção de que a ontologia para uma determinada pessoa é constituída, exclusivamente, por aquilo que esta pessoa acredita que existe. Assim, se Alphides acredita que, digamos, elétrons e fantasmas existem, e que números irracionais não existem, devemos dizer que elétrons e fantasmas são parte de sua ontologia, enquanto números irracionais não.

O cerne da crítica de Parmênides estaria em manter que não é possível, coerentemente, sustentar a parte negativa de uma ontologia, seguindo a mesma linha de raciocínio de Owen. Se alguém afirmasse, por exemplo, que centauros não existem, Parmênides procuraria mostrar que esta afirmação é ou bem sem sentido, ou completamente falsa. Sua argumentação estaria baseada na noção de denotação. O termo geral “centauro” denota alguma coisa somente quando existem centauros, caso não existam centauros, o termo “centauro” não denota coisa alguma, o que imediatamente nos levaria a situação de estarmos tentando nos referir ao “que não é”. Como “o que não é” está equacionado ao nada, pelas premissas de Parmênides, sendo tanto “impensável quanto inominável”, só podemos afirmar que centauros existem, ou reconhecer que, ao negarmos sua existência, estamos pronunciando palavras completamente sem sentido.

Até este ponto não vemos Parmênides fazendo nenhuma afirmação com relação ao que ele acredita existir, até mesmo a afirmação de que mais de uma coisa existe, isto é: que há pluralidade, não é, por enquanto, combatida. As únicas premissas que Parmênides necessita aceitar, para que sua argumentação seja válida, são:

- 1) uma afirmação do tipo “X existe” é verdadeira, somente se há algum X, isto é: se o termo X denota alguma coisa
- 2) para qualquer X, ou bem X é (existe), ou bem X não é (não existe), *tertium non datur*.
- 3) Para qualquer termo (singular ou geral), ter uma denotação é idêntico a ter sentido. Ou seja, a única maneira de um termo possuir sentido é existir alguma coisa na realidade que este termo denote.

Estas três premissas, segundo Furth, estão operando no argumento de Parmênides, e a força deste argumento reside, justamente, no fato de que estas premissas parecem bastante razoáveis. O princípio de não contradição, juntamente

com o princípio do terceiro excluído, impedem que seja apresentada uma alternativa de denotação para termos não existentes². Furth destaca a terceira assunção como sendo particularmente importante na compreensão da doutrina de Parmênides:

“Se um termo singular ou geral carece de denotação, ‘corresponde a (=denota) nada na realidade’, então, ele é tomado como um nome vazio, completamente sem sentido. Esta assunção, eu creio, é a verdadeira raiz da questão, a fonte de toda a doutrina” (FURTH,1968:121)

O tratamento apresentado para a noção predicativa do verbo “ser” segue as mesmas linhas. A argumentação oferecida por Parmênides estender-se-ia agora para, não só o que certa pessoa acredita que existe, mas também para o que “esta pessoa acredita ser o caso, no sentido de quais propriedades ele acredita pertencerem aos objetos que acredita existir”. Novamente, Parmênides não apresenta os possíveis sujeitos (sentenciais, neste caso) para as ocorrências do verbo “ser”. Esta lacuna deve ser preenchida por seus interlocutores. E, novamente, o caminho do não-ser mostra-se insondável. Qualquer predicação negativa do tipo “Platão não está voando”, mostra-se carente de denotação pelo simples fato deste suposto estado de coisas não poder ser encontrado na realidade, tanto quanto um objeto não existente. E, a partir daí, segue-se a mesma conclusão de que caso alguém faça uma predicação negativa, esta pessoa estará, ou bem falando uma falsidade, ou bem dizendo algo completamente sem sentido, tendo em vista que premissas análogas a 1-3 são aceitas por Parmenides:

- 4) “*a é F*” é verdadeiro se, e somente se, é o caso que *a é F*
- 5) dado *a*, ou bem *a é F*, ou bem *a não é F*, *tertium non datur*
- 6) a verdade está para sentenças da mesma maneira que está para termos gerais e singulares, isto é como referindo (ou denotando) alguma coisa que é o caso, e esta é a única variedade de sentido que uma sentença pode ter.

A semelhança de tratamento oferecido para ambos os usos do verbo “ser”, representam, para Furth, um argumento em favor da tese de que ambos os usos são encontrados unidos, em Parmênides. É importante notar que, para Furth, a argumentação apresentada até aqui é suficiente para chegar às conclusões,

² Barrando, assim, a introdução de teorias do tipo Meinong onde o conjunto de indivíduos existentes é um subconjunto dos indivíduos subsistentes, sendo que os elementos de ambos os conjuntos são considerados como possíveis denotações para termos da linguagem.

aparentemente absurdas, de que “o que é” é uno e indivisível. Como toda predicação negativa e negações de existência estão reduzidas a alegações sem sentido, “Parmênides está na posição de manter que *o pronunciamento de que alguma coisa é afirma o mesmo que o pronunciamento de que alguma outra coisa qualquer é*, pois a necessária especificação da alegada diferença é inteligível” (FURTH,1968:129) No entanto, para Furth, o fato de Parmênides tratar indiferentemente os usos predicativos e existenciais do verbo “ser” não possui nenhuma relevância em sua argumentação. Se alguma falácia deve ser buscada para explicar os resultados paradoxais aos quais chega este raciocínio, esta falácia deve ser buscada na formulação das premissas ou no decorrer da argumentação. A afirmação de que Parmênides obtém estas conclusões devido a sua confusão com relação aos usos do verbo “ser” tende muito mais a obscurecer do que a esclarecer a questão.

Como já foi observado, a forma como Furth conduz seu argumento não explica muito bem qual é a diferença entre fusão e confusão, com relação aos dois usos do verbo. A única informação que nos é dada com relação a esta diferença é apresentada por meio da analogia com outras palavras comuns em grego antigo de uso ambíguo. O fator de unidade no uso destas palavras é o fato de que elas podem ser usadas tanto para objetos quanto para fatos. Furth inclui entre as palavras de uso ambíguo, ainda, os dois verbos fundamentais para aquisição de conhecimento. E constata nestes verbos o mesmo tipo de assimilação conceitual, assim, *conhecer* o termo *a* é assimilado a *saber que a é F*. Sendo que o que estas formas têm em comum é a noção de denotação, onde denotar significa corresponder a um item presente na realidade. O cerne da argumentação estaria em manter que uma carência de denotação é entendida como correspondendo a (=denota) nada na realidade, o que torna o termo ou a proposição um item lingüístico vazio, completamente sem sentido.

Em *Parmenide's cogito argument*, Hintikka parece concordar com boa parte das alegações de Furth. Tal como Furth, Hintikka afirma que Parmênides não reconhece a distinção entre o conhecimento proposicional e o conhecimento direto. E segue Furth em relacionar este fato à falta de distinção entre os usos do verbo “ser”. Além disso, Hintikka reconhece em Parmênides um modelo de compreensão do ato de conhecimento que toma o pensamento como uma capacidade (*duhamij*) que se realiza em seu objeto. A capacidade cognitiva

humana estaria, portanto, direcionada para um objeto além de si própria e o sucesso de um ato cognitivo residiria no fato do pensamento, de alguma maneira, alcançar este objeto. De fato, parece uma noção bastante natural acreditar que um pensamento verdadeiro é aquele que consegue, de alguma maneira não especificada, alcançar aquilo sobre o que pretendia pensar. A particularidade de Parmênides, segundo Hintikka, está em sustentar “um tipo de dependência conceitual do pensamento sobre seu objeto.” (HINTIKKA,1980:6)

Se um ato cognitivo bem sucedido, que expressa um pensamento verdadeiro, é entendido como um processo onde o pensamento alcança seu objetivo, atinge o objeto visado. Qual modelo poderia representar uma falha no ato de conhecimento? Um pensamento falso, sob o mesmo modelo, seria aquele onde o pensamento não atinge seu objetivo, não alcançando objeto algum. No entanto,

“se a própria natureza do pensamento que pensamento depende de seu objeto, e se o objeto não está lá, nós não podemos (eu estou inclinado a acrescentar: por definição, não podemos) ter um genuíno ato de pensamento. Portanto, o único ato de pensamento possível é aquele que alcança seus objetos. Em outras palavras os únicos pensamentos que se pode pensar são os verdadeiros.” (HINTIKKA,1980:6)

É a partir deste modelo de compreensão do ato de pensamento, somado com a carência de distinção entre os usos do verbo “ser”, que Parmênides pode chegar a sua conclusão de que só há conhecimento verdadeiro. Isto é: para Hintikka, somente por não possuir uma clara noção da diferença entre os sentidos existencial e predicativo do verbo “ser”, Parmênides pode assimilar o conhecimento proposicional ao conhecimento direto e, então, chegar à conclusão de que o objeto (proposicional) do conhecimento deve *existir* para que haja algum conhecimento: “Se eu posso dizer com sentido que ‘isto não é’, o objeto de meu pensamento deve ser algo não existente. Mas meu ato de pensamento não pode ser genuíno se seu objeto não existe.”(HINTIKKA,1980:12)

Hintikka também critica Kirk e Raven afirmando que aquilo que eles tomam como um erro com relação aos usos de verbo “ser” é “meramente um aspecto da estrutura conceitual de Parmênides.”

Em ambos os autores, podemos reconhecer três teses distintas, mas que são apresentadas em conjunto na tentativa de que uma dê suporte à outra. As teses às quais me refiro são:

- 1) Parmênides não possuía uma distinção clara entre os usos existenciais e predicativos do verbo “ser”
- 2) Parmênides não possuía uma distinção clara entre conhecimento proposicional e conhecimento direto. Isto é: não trata diferenciadamente o conhecimento de **que** a é F e o conhecimento de a .
- 3) Parmênides reconhecia certa dependência do pensamento frente ao seu objeto, de tal maneira que, não havendo um objeto ao qual o pensamento possa referir-se (denotar), o pensamento é considerado inválido, sem sentido.

Apesar de estas teses serem expostas em conjunto pelos autores, acreditamos que sejam independentes. Sendo que, particularmente, a primeira das três teses pode ser negada sem prejuízo à compreensão geral do tipo de argumento oferecido por Parmênides.

Como vimos, o modelo tradicional de compreensão para as ocorrências do verbo “ser” em grego antigo, fundado em uma dicotomia que separa as ocorrências em absolutas (X é) ou incompletas (X é F), dificilmente pode ser tomado como correto. Do mesmo modo, o paralelo semântico que corresponde a esta dicotomia, que toma os usos absolutos como significando existência e os usos incompletos como representando a cópula, deve ser considerado insuficiente para compreensão das ocorrências deste verbo em grego antigo. Os argumentos apresentados por Furth e Hintikka que procuram assimilar as duas formas tradicionais de compreensão do verbo, já tendem a romper com a dicotomia. No entanto, claramente estes dois autores ainda trabalham com base nestas duas opções tradicionais.

Furth, de fato, chega a afirmar que a assimilação por parte de Parmênides dos dois usos do verbo “ser” não possui papel importante na sua exposição do argumento. Além disso, Furth se aproxima de definição veritativa para o verbo “ser”, ao afirmar que por uma investigação sobre ‘o que é’ entende uma investigação sobre o que é assim, o que é o caso, isto é: qualquer procedimento com o objetivo de afirmar os fatos. Onde os fatos investigados podem ser tanto se acaso uma determinada coisa existe, ou se coisas de um determinado tipo existem, ou se acaso uma coisa possui determinada qualidade. (FURTH,1968:117) Hintikka também dá importância a força veritativa que o verbo “ser” recebe no argumento. Apesar de ambos os autores não nomearem o veritativo como o

sentido principal no poema, parecem concordar que o resultado final da argumentação envolve a legitimação do discurso verdadeiro e a negação da possibilidade do discurso falso³.

Como sabemos, um dos dados mais importantes para a postulação de um sentido veritativo para o verbo “ser” é a constatação de que os usos absolutos do verbo (X é) possuem, na imensa maioria das vezes, sujeitos proposicionais. Isto é, o X (em X é) representa uma proposição do tipo *a é F* e não um objeto, como sugere uma leitura existencial. Afinal, nós, normalmente, atribuímos existência a indivíduos e não a fatos ou proposições.

Além disso, se aceitarmos os resultados de Kahn, nos vemos forçados a acreditar que dificilmente questões acerca da existência de um termo possam ter despertado o interesse de Parmênides. Por isso, podemos descartar a idéia de que Parmênides tenha se ocupado com o problema dos termos carentes de denotação como ‘o atual rei da França’ ou com a questão acerca do estatuto ontológico das quimeras. No entanto, isto não significa que os pensadores gregos não se interessavam, de modo algum, por questões de referência. A constatação de Kahn de que em grego antigo o sujeito de expressões do tipo ‘X é’ deve ser tomado como um sujeito proposicional e não como um termo singular ou geral nos leva a localizar o interesse de Parmênides em questões acerca da realidade de estados-de-coisas e não de indivíduos.

Ao compreender as teses de Parmênides como uma investigação acerca da validade de estados-de-coisas⁴, e do significado das proposições que os exprime, estamos de acordo com uma leitura veritativa. Pois atribuímos verdade e falsidade a proposições e não a nomes. Portanto, uma leitura veritativa para as ocorrências do verbo “ser” teria como característica essencial a presença de um sujeito proposicional, da forma *a é F*.

De fato, Kahn em *The Thesis of Parmenides* apresenta esta interpretação para o poema. Sua exposição parte da compreensão, bastante comum entre os comentadores, de que os caminhos de investigação apresentados no poema representam a aquisição de conhecimento. Desta maneira, a primeira via (ὄπως

³“Portanto, o único ato de pensamento possível é aquele que alcança seus objetos. Em outras palavras os únicos pensamentos que se pode pensar são os verdadeiros.” (HINTIKKA,1980:6)

ἔστιν), sendo a via da verdade, pois segue a convicção, representa uma busca bem sucedida, aquela na qual o conhecimento alcança seu objetivo.

Analisada por meio de uma compreensão veritativa do verbo “ser”, a questão acerca do sujeito das sentenças I e II recebe uma nova resposta. Pois, segundo uma interpretação veritativa para o verbo “ser”, o sujeito das sentenças é uma proposição e não um termo. Ora, podemos facilmente constatar que todo conhecimento é expresso na forma proposicional. Sendo assim, Kahn advoga em favor de uma interpretação veritativa, o fato de estar de acordo com a suposição, amplamente difundida, de que os caminhos de investigação (οἶδος= *dizhsioj*) referem-se a aquisição de conhecimento. Isto teria levado Parmênides a constatar que o sujeito da sentença I, entendido como “o que quer que possamos conhecer ou o que quer que haja para ser conhecido é um fato definido, um real estado de coisas (*an actual state of affairs*)” (KAHN, 1969 :712).

É importante notar que a atribuição de um sentido veritativo para o verbo “ser” na tese inicial de Parmênides mostra-se extremamente adequada ao sentido geral do poema que, desde a antiguidade, foi tomado como versando acerca de questões como verdade, conhecimento, falsidade e opiniões. A adequação mais clara encontra-se na própria afirmação de Parmênides de que o caminho “o que é” é o “caminho da persuasão (pois acompanha a verdade)”. Ora, se adotarmos um valor veritativo para o verbo, sua tese torna-se uma tautologia, uma verdade inegável, afirmando que o caminho do “que é o caso” (verdade) acompanha a verdade.

Isto indica porque os antigos achavam tão difícil negar as premissas de Parmênides. A primeira delas afirma algo praticamente incontestável. Parmênides está afirmando que o caminho do conhecimento leva à verdade, aquilo que é o caso. Todos, exceto o mais puro dos céticos, tenderia a concordar que, seja lá qual for o conteúdo do real conhecimento, este conteúdo expressa uma verdade. Já foi notado que nesta afirmação Parmênides está formulando, ao seu modo, aquilo que formulamos como a lei: “*m* sabe que *P*, implica *P*”.⁵ Ou seja, a lei segundo a qual, se alguém conhece alguma coisa, então, esta coisa é real.

⁴ Isto é: entidades de forma lógica proposicional

⁵ Hintikka chega a propor que chamemos esta lei de *Lei de Parmênides*, tendo em vista que este parece ter sido o primeiro a formulá-la.

Como decorrência de uma atribuição veritativa para a passagem, temos ainda a constatação de que o sujeito do verbo “ser” é um fato de estrutura proposicional e não um indivíduo como pretendia uma leitura existencial. Kahn apresenta três características que o sujeito da sentença I necessita possuir para preencher devidamente a cláusula de ser o objetivo de uma investigação bem sucedida em busca de conhecimento:

- 1) Deve haver um sujeito existente sobre o qual estamos falando ou conhecendo.
- 2) Deve haver uma predicação que esteja sendo dita acerca deste objeto
- 3) O estado de coisas do qual estamos tratando deve ser real ou existente, para que o processo cognitivo seja verdadeiro.

Apesar de Kahn não atribuir o reconhecimento destas distinções a Parmênides, ele afirma que devemos tê-las em mente para compreender corretamente o poema. Ora, 1) refere-se a um argumento possível para uma função proposicional (o a presente na fórmula a é F). A característica 2) refere-se ao conteúdo predicativo, expresso pela propriedade F , atribuída ao objeto a . E, finalmente, 3) diz respeito a noção de denotação que aqui é vinculada à proposição completa (a é F) e afirma a necessidade de um “estado-de-coisas” real correspondente a uma determinada proposição, para que esta proposição seja verdadeira. Há, portanto, nesta interpretação, a aplicação da noção de referência em dois níveis distintos, tanto para termos e objetos (possíveis sujeitos para uma predicação), quanto para fatos ou “estados de coisas” expressos pela proposição completa.

Note que a necessidade do termo a possuir uma denotação é absorvida pela necessidade da função proposicional, como um todo, possuir uma denotação. Kahn oferece uma argumentação independente da noção de existência e baseada, sobretudo, na noção de denotação de um “estado de coisas”. No entanto, o descarte do “que não é” (ὅς οὐκ ἔστι) também aparece como o resultado de uma negação nos dois níveis, tanto do objeto quanto da atribuição de uma propriedade a este objeto, o que resultaria em algo incompreensível. Afirmando

tanto que o objeto da cognição não existe, quanto que não há um estado-de-coisas determinado que possa servir como objeto do conhecimento e referência para sentenças verdadeiras, “o não ser” é descartado sob a alegação de que equivale ao nada.⁶ Novamente, a ilegitimidade do “não ser” aparece vinculada a uma assimilação entre propriedades de termos e propriedades de sentenças, ou uma falta de uma compreensão precisa do que chamamos a forma lógica das proposições.

David Gallop (MONIST,1979) dirigiu críticas a interpretação de Kahn, com base na afirmação de que um estado-de-coisas não possui o tipo lógico adequado para receber os atributos com os quais Parmênides caracteriza seu conceito de ser (τὸ εἶναι), por exemplo: “ingerado” e “imóvel”. Como corretamente afirma Gallop, esta espécie de adjetivos só pode ser atribuída a uma entidade do tipo coisa ou objeto, não a fatos ou estados-de-coisas. No entanto, é claro que a falta de distinção que Gallop atribui a Kahn encontra-se, na verdade, em Parmênides. Parmênides não parece possuir a distinção precisa entre algo do tipo objeto e algo tipo fato.

⁶ μηδὲν δ' οὐκ ἔστιν· τὰ σ' ἐγὼ φράζεσθαι ἄνωγα.
 πρώτη γὰρ σ' ἀφ' ὁδοῦ ταύτης διζήσιος <εἶργω>.(fr.6.10)
 “nada não é; estas coisas eu te mando considerar.
 Primeiro, pois, deste caminho de investigação te afasto”

3.2 O Sujeito das Teses de Parmênides.

Podemos agora retomar a questão acerca do sujeito implícito do verbo “ser” nas frases I e II. Já sabemos que este sujeito possui a forma proposicional, mesmo que Parmênides não tenha uma compreensão precisa de qual seja esta forma e faça uso de atributos do tipo “imóvel” e “imperecível” para sujeitos que, claramente, possuem forma proposicional.

O caráter mais distintivo do sujeito das teses iniciais do poema é a sua imensa generalidade. Nenhuma função lingüística poderia apresentar um sujeito implícito de tamanha generalidade. Caso Parmênides tivesse usado qualquer outro verbo de sua língua, estaríamos em uma situação mais restritiva onde a classe dos possíveis sujeitos seria mais bem delineada. Tome o verbo “correr”. Como qualquer outro verbo de conteúdo que representa uma ação, o uso deste verbo em uma afirmação sem sujeito explícito, facilitaria o trabalho de alguém que desejasse elucidar os possíveis sujeitos desta oração. Afinal, seja lá qual for este sujeito, ele está vinculado à ação de correr, expressa pelo verbo. Nós não estamos em uma posição tão confortável, o verbo “ser” não possui conteúdo verbal e a única pista que possuímos é a sua ligação essencial com a forma predicativa. O simples uso do verbo “ser” apenas nos indica a extrema abrangência do conjunto dos possíveis sujeitos para as teses de Parmênides. Qualquer sentença na forma predicativa pode ocupar o lugar de sujeito das teses iniciais de Parmênides. Podemos admitir, inclusive, que o uso do verbo “ser” tem, justamente, este objetivo: ressaltar a abrangência da teoria que será apresentada. Parmênides não pretende falar sobre a natureza da água ou dos seres vivos, nem tão pouco apresentar uma teoria acerca da atitude humana frente às dificuldades da vida na cidade. Suas teses abrangem todas estas teorias e seu poema tratará sobre “os únicos caminhos de investigação que podem ser pensados”⁷.

⁷ αἴπερ ὁδοὶ μοῦναι διζήσιός εἰσι νοῆσαι (fr.2.2)

Dizemos que uma teoria possui um *assunto*⁸ de que trata. A teoria de Darwin, por exemplo, trata dos organismos vivos, das espécies destes organismos e da interação entre estes organismos. A teoria de Newton tem como assunto a matéria e certas relações de atração entre as partículas da matéria. Teorias como aquela expressa pelas teses iniciais de Parmênides possui um nível de abrangência que as leva a incluir em seu *assunto* outras teorias. Isto se torna claro ao notarmos que seu uso absoluto do verbo “ser” tem como sujeito implícito toda e qualquer sentença na forma predicativa. Ora, toda teoria, seja ela a mais banal do tipo: “Está prestes a começar uma chuva” até a teoria da relatividade, só pode ser exposta na forma sentencial básica, isto é: na forma predicativa. Como o sujeito implícito das teses iniciais de Parmênides são predicções cujo conteúdo não é especificado, estas teses formulam uma teoria cujo *assunto* inclui outras teorias.

Este tipo teoria é comum na história da filosofia. Tome a posição empirista, ela afirma que uma teoria só é válida caso seja formulada a partir de dados empíricos. Trata-se de uma teoria sobre a validade de teorias. Muitas vezes, uma teoria deste tipo está, ela própria, incluída no âmbito daquilo que chamamos seu *assunto*. Assim, um empirista puro afirmaria que apenas as teorias formadas a partir de dados empíricos são válidas, no entanto, esta afirmação, apesar de também ser uma teoria, não parece possuir um dado da experiência que a comprove. Em situação semelhante se encontra o cético radical que afirma não haver conhecimento seguro, nem afirmação realmente verdadeira. Ora, esta tese é, por si só, uma afirmação. Sendo assim, nem mesmo ela pode ser tida como verdadeira e o cético encontra-se em uma difícil situação de auto-contradição.

Estas teorias que possuem a si mesmas como parte de seu assunto são chamadas auto-referenciais e um exame minucioso nos levaria a constatação de que são bem comuns na filosofia. De fato, todo sistema filosófico que tome uma posição acerca da natureza e da validade das teorias e proposições é auto-referencial. Felizmente, nem todas as teorias que estão incluídas em seu próprio assunto são auto-contraditórias. Mas, para uma teoria ser auto-contraditória ela precisa ser auto-referencial. Retomaremos a seguir o tema da auto-contradição e auto-referência em Parmênides. Por hora, nos basta a conclusão de que a lacuna

⁸ A noção de *assunto* (*subject matter*) de uma teoria está apresentada de maneira mais formal em Fitch.(FITCH,1952)

do sujeito nas sentenças I e II pode ser preenchida por qualquer sentença de forma lógica proposicional.

Quanto à alegação de que Parmênides não tinha conhecimento do que é a forma proposicional e por isso tratou este sujeito como um termo ou objeto, acreditamos que há mais nesta alegação do que a simples constatação de um erro.

3.3 Forma Lógica e os Sujeitos de Parmênides.

Devido ao excesso de discussão acerca do valor, existencial ou predicativo, do verbo “ser”, a questão sobre forma lógica do sujeito das teses de Parmênides vem sendo, sistematicamente, preterida pelos comentadores. No entanto, devemos atentar melhor para este aspecto do pensamento de Parmênides. Pois, tudo indica que a alegada falta de clareza acerca daquilo que chamamos “forma lógica da proposição” possui papel relevante no argumento do poema.

Qual é, exatamente, o tipo de confusão que se atribui a Parmênides? Atribui-se a falta da precisa distinção entre “o X” e “que X é Y”. Como corretamente apontou Furth, este tipo de ambigüidade está presente em vários outros termos da língua grega. Esta diferença reflete-se, inclusive, no uso dos verbos para expressar cognição: *conhecemos* um objeto e *sabemos* que um objeto é tal e tal. Cada um destes verbos representa, em alguns sistemas filosóficos, um modelo distinto do ato de conhecimento. Para Russell, por exemplo, objetos simples, sem estrutura proposicional, são conhecidos por “familiaridade” (*acquaintance*). Já para o conhecimento de fatos há “o conhecimento proposicional”, realizado por meio de descrições.

No caso de Parmênides, sabemos que ele move-se de uma forma para outra com extrema liberdade, falando de objetos do conhecimento (que devem possuir a forma proposicional) e logo após, caracterizando-os com adjetivos que só poderiam ser corretamente aplicados a termos. Como vimos, os comentadores trataram esta ambigüidade em paralelo com a questão acerca do valor, existencial ou predicativo, do verbo “ser”. Primeiramente, atribuindo esta falta de distinção a um erro por parte de Parmênides e seus contemporâneos. Posteriormente, como um aspecto do seu pensamento, onde estas noções estariam fundidas. Contudo, se analisarmos com clareza o movimento entre uma forma e outra, talvez possamos entender melhor porque os pensadores antigos não se detiveram neste ponto do argumento e nunca levantaram dúvidas acerca da validade deste movimento.

O movimento presente no argumento de Parmênides é muito utilizado por nós também. O caso mais trivial é aquele onde através do uso de um apelido, nomeamos algo que possui uma forma lógica proposicional, por exemplo: “o Teorema de Pitágoras”⁹, ou “o *Cogito* cartesiano”. O teorema de Pitágoras possui, certamente, uma forma lógica proposicional, a saber: “a soma dos quadrados dos catetos *é* igual ao quadrado da hipotenusa”. No entanto, ao nomearmos este conteúdo proposicional de “o teorema de Pitágoras” damos a ele uma aparência de objeto. Assim, constantemente falamos “ele *conhece* Pitágoras” para dizer que “ele *sabe que* a soma dos quadrados dos catetos *é* igual ao quadrado da hipotenusa”.

Um autor que parece ter aplicado uma intuição semelhante é Mohan Matthen. Matthen propõe explicar o movimento entre um uso existencial e predicativo do verbo εἶναι por meio do que ele chamou de um “complexo predicativo”. Um complexo predicativo é definido como uma entidade formada por um universal e um particular *quando este particular instancia o universal*. Assim “o Sócrates artístico” é uma entidade deste tipo, que existe somente quanto “Sócrates é artista” é verdadeiro. Em termos gramaticais um complexo predicativo transforma uma frase copulativa comum ($X \text{ é } Y$) em uma entidade logicamente equivalente: *o XY*.(cf.:KAHN,1997:186)

Um breve exame nas nossas noções de matemática nos levará a constatação de que este tipo de movimento está na raiz de toda teoria de conjuntos. Trata-se da passagem de uma *função proposicional* para o *conjunto* que esta função representa. Um conjunto é uma classe ou coleção, as coisas que pertencem a um conjunto podem ser de qualquer tipo, concretas ou abstratas, simples ou complexas, semelhantes entre si ou bastante distintas. O ponto essencial é que o conjunto é uma entidade única, completamente distinta de seus elementos. Tomemos o conjunto dos filósofos como exemplo, ou seja: o conjunto que possui todos os filósofos, e nada mais, como seus elementos. Este conjunto é diferente de cada um de seus elementos. Seus elementos são seres humanos enquanto o conjunto é uma entidade abstrata, não um ser humano. O conjunto é também

⁹ A palavra “teorema” indica o conteúdo proposicional, porém é muito comum aprendermos, quando criança, “o Teorema-de-Pitágoras” considerando como um só nome para a relação estabelecida entre os lados de um triângulo retângulo. Muitas vezes referimo-nos a ele simplesmente por “Pitágoras” o que torna este caso um perfeito exemplo da relação que pretendemos elucidar.

diferente da simples série de seus elementos, uma série é a ordenação de vários elementos ou objetos, enquanto o conjunto é uma entidade única, singular: o conjunto. Muitas séries podem ser formadas a partir dos elementos de um único conjunto. O conjunto deve, portanto, ser diferenciado de seus elementos e da série de seus elementos. Ele é formado a partir de uma função proposicional e seus elementos devem satisfazer esta função proposicional para compor este conjunto.

Cantor, quem primeiro formulou uma teoria dos conjuntos matemáticos, incluiu em seus axiomas, um axioma destinado à regra de formação de conjuntos. Este axioma foi denominado “axioma da existência irrestrita”, pelo fato de permitir a formação de um conjunto para qualquer função proposicional:

(EI) Para toda função proposicional, existe o conjunto dos objetos que satisfazem esta função.

Isto significa que toda função proposicional corresponde a um objeto abstrato (o conjunto). Sendo este objeto uma “entidade separada”, diferente dos argumentos que satisfazem à função e diferente da cadeia de símbolos usada para expressar esta função.

Esta regra de formação representa aquilo que chamamos de conceituação. O conjunto formado a partir de uma função proposicional não passa do *conceito* expresso pela função. Considere o conjunto das coisas brancas, este conjunto é formado a partir da função “x é branco” e possui como seus elementos todas as coisas que são brancas e nada mais. Pois bem, este conjunto representa a brancura, afinal, é devido a participação neste conjunto que dizemos que uma coisa é branca ou não.¹⁰ (cf.:RUSSELL,1944)

Ora, entender a tese de Parmênides sob esta ótica está de acordo com os resultados obtidos por Furth, Kahn e outros autores anteriormente analisados. A passagem de um conteúdo proposicional para uma entidade singular que o represente é, justamente, aquilo que há muito vem sendo atribuído a Parmênides, primeiro como o resultado de um engano com relação ao emprego do verbo “ser”

¹⁰ Este movimento de conceituação a partir de uma função proposicional tem sua primeira formulação explícita em Platão. Trata-se da postulação de uma idéia única para cada atributo possuído por uma série de entidades sensíveis. Repare que as exigências do chamado “pedido socrático” correspondem às exigências para formação de conjunto: tudo que é justo, e nada mais,

e, posteriormente, como uma característica de seu pensamento. Ou seja, tudo indica que podemos adotar a hipótese de que “o que é” e “o que não é” correspondem a conceitos (ou conjuntos), entendidos como uma entidade abstrata relacionada a uma função proposicional que a define.

Sabemos que a tradução veritativa mostra-se a mais atrativa devido à forte teoria lingüística que a suporta e ao fato de que ela se ajusta à temática do poema, assim como às imagens contidas no próêmio. Sabemos, também, que este uso do verbo está ligado a um sujeito de forma lógica proposicional. A assunção de que Parmênides move-se de uma forma lógica para outra com extrema facilidade nos levou a constatação de que este movimento possui legitimidade e corresponde, *mutatis mutandis*, a postulação de um conjunto para uma determinada função proposicional, ou a postulação do que chamamos o *conceito* expresso pela função.

Podemos agora retornar às teses iniciais do poema de Parmênides e investigar por que estas teses foram vistas por alguns dos seus contemporâneos como fornecendo um argumento contra a possibilidade do discurso.

está relacionado com a idéia de justiça. Como sabemos, a dificuldade surge ao tentar definir o que é a justiça, sem cair na enumeração das entidades que com ela estão relacionadas.

3.4

As teses de Parmênides Revisitadas.

I) ἢ μὲν ὅπως ἔστιν τε καὶ ὡς οὐκ ἔστι μὴ εἶναι,

II) ἢ δ' ὡς οὐκ ἔστιν τε καὶ ὡς χρεῶν ἔστι μὴ εἶναι,

O que dizem as teses? Elas são apresentadas pela deusa como “os únicos caminhos que são [possíveis] de pensar”¹¹. O uso das partículas μὲν e δὲ, indica que os caminhos estão dispostos de tal maneira que um caminho não confunde-se com o outro, formando dois pólos distintos de uma opção. O primeiro caminho afirma:

I) que é e que não é não ser.

Trata-se de uma sentença formada por três ocorrências do verbo “ser” sendo duas na terceira pessoa do singular do indicativo presente (ἔστιν/έ) e uma no infinitivo indicativo presente do verbo (εἶναι/ser). Se adotarmos uma interpretação veritativa para todas as ocorrências do verbo ser nesta passagem, a tradução seria:

ia) que é [verdade] e que não é [verdade] o não ser [verdade].

Não parece ser uma sentença com sentido e mesmo os usos forçados da linguagem na filosofia não atribuem sentido a uma construção como esta. No entanto, se considerarmos a segunda ocorrência do verbo como um uso predicativo básico, obtemos um resultado satisfatório:

ib) que é [verdade] e que não é o que não é [verdade].

Substituindo “o que não é verdade” por “o que é falso” temos:

ib) que é verdade e que não é o que é falso.

Esta é uma sentença que possui certa clareza, além de ser bem construída. Verifica-se também que esta sentença é redundante na medida em que “o que é verdade” é o mesmo que “o que não é falso”, dado que aceitamos o princípio do terceiro excluído.

¹¹ αἴπερ ὁδοὶ μόναι διζήσιός εἰσι νοῆσαι (fr.2.9)

As transformações necessárias para seu surgimento também não parecem tão questionáveis. Até mesmo a adoção de um critério diferente de tradução para segunda ocorrência do verbo “ser” é justificada pela deliberada intenção de Parmênides de colocar duas formas verbais diferentes na segunda parte da conjunção, iniciada por $\tau\epsilon$ $\kappa\alpha\iota$. O uso de duas formas verbais distintas pode servir, justamente, para ressaltar funções ligeiramente distintas.¹²

Adotando ib) como nossa tradução para passagem, podemos aplicar sobre ela o resultado de nossa discussão acerca da forma lógica do sujeito desta proposição. Na seção anterior chegamos à conclusão de que o sujeito desta sentença deve possuir uma forma lógica proposicional sendo, portanto, um fato, não um objeto. Além disso, constatamos que a passagem deste sujeito proposicional para um sujeito do tipo objeto não é um erro por parte de Parmênides, podendo ser compreendido como a postulação de um *conjunto* ou *conceito* sem com isso implicar alguma falácia.

O sujeito da sentença i) representaria, portanto, o conceito formado a partir da função proposicional “x é: ‘o que é verdade’ & não é ‘o que é falso’”. Qual seria o conteúdo deste conceito? Ele incluiria tudo o que é o caso, além disso, nada que é verdade, ou é o caso, poderia não estar contido neste conjunto¹³. Como havíamos dito, não analisaremos aqui a maneira como Parmênides chega a suas conclusões acerca dos atributos de seu conceito de ser. No entanto, gostaríamos de indicar que o uso da noção de “complexo denotativo”, apresentada por Matthen, facilmente levaria ao monismo eleata. Segundo Matthen, o complexo predicativo “o XY” equivale à predicação “X é Y”. Se acrescentarmos a condição de que o complexo “o XYZ” equivale à predicação “X é Y e é Z” então, segue-se que o “complexo predicativo” representado pelo conceito de ser expresso na sentença I corresponde a todos os fatos tomados em conjunto. Admitindo, ainda, que uma sentença significa o fato que ela denota, o conceito de ser representaria um único objeto ao qual todas as sentenças verdadeiras denotariam e, portanto, todas as sentenças verdadeiras teriam o mesmo significado¹⁴.

¹² Devemos lembrar que o uso predicativo e veritativo estão conceitualmente relacionados e a passagem de um para outro se deve, na maioria das vezes, a uma ênfase na pretensão de verdade contida em toda sentença predicativa.

¹³ Verifica-se que este é um conjunto cujos elementos são fatos de estrutura proposicional e não objetos, isto porque as propriedades de ‘ser verdade’ e ‘ser falso’ aplicam-se a fatos e proposições e não a objetos e indivíduos.

¹⁴ Compare com a apresentação de Gödel do argumento *slingshot*. (GÖDEL, 1944)

Apliquemos, agora, nossos resultados com relação ao sujeito implícito e o valor do verbo “ser” para sentença II. A sentença II é aquela que mais nos interessa, pois sabemos que alguns pensadores gregos viram um argumento contra a possibilidade do discurso falso através da alegação de Parmênides de que o caminho do “que não é” não pode ser percorrido. Além disso, sabemos que Parmênides descarta este caminho de investigação com base na equivalência entre “não é” οὐκ ἔστιν e nada μηδέν.

A sentença II nomeia o segundo caminho possível, em oposição ao caminho que diz “que é e que não é não ser”, o segundo caminho diz:

II) ὡς οὐκ ἔστιν τε καὶ ὡς χρεῶν ἐστί μὴ εἶναι

II) que não é e que, necessariamente, é não ser.

Seguindo os mesmos critérios para interpretação da sentença I, consideraremos a segunda ocorrência do verbo “ser” como um uso predicativo simples, e as outras duas ocorrências como usos absolutos com sentido veritativo. A tradução, segundo esta interpretação, seria:

ii) que não é [verdade] e que, necessariamente, é não ser [verdade].

Esta sentença possui algumas características que a primeira sentença não possui. Primeiramente, ela faz uso da palavra χρεῶν, esta palavra indeclinável (propriamente o particípio neutro de χρεῖν) significa, na maioria das vezes, “aquilo que precisa ser”, “o que é necessário”. No entanto, seu uso no lugar do advérbio χρεῖν/ é amplamente documentado, sobretudo quando usado em conjunto com ἐστί.¹⁵ De fato, a tradução de χρεῶν por “necessariamente” parece ser consenso entre os comentadores. Outra diferença notável frente à sentença I reside no fato de que na segunda parte da sentença, logo após o advérbio modal de necessidade, encontramos as palavras “é não ser” ἐστί μὴ εἶναι. Como havíamos notado, a sentença I é apresentada de tal forma que a segunda parte da conjunção simplesmente reafirma a primeira: “que é & que não é não ser”. Ora, a dupla negação da segunda parte da conjunção pode ser eliminada formando então a sentença logicamente equivalente: “que é & é ser”. Já no caso da sentença II,

¹⁵ (cf.: LIDDELL & SCOTT’S, 1888:893)

temos uma outra disposição das palavras. O segundo membro da conjunção (é não ser) apresenta o verbo “ser” em conjunto com sua própria negação. Somado com o emprego do advérbio de necessidade, podemos considerar que o uso do verbo “ser” seguido pela sua própria negação ressalta a aparente contradição presente no fato de algo ser *verdadeiramente falso*. À parte o fato de que um termo e sua negação formam uma contradição, Parmênides desqualifica o emprego do verbo “ser” juntamente com “não ser” em mais de uma passagem do poema: fr.:8.15 “e a decisão sobre isto é a seguinte: é ou não é”¹⁶, fr.:7.1 “pois isto nunca prevalecerá: ser o que não é”¹⁷

Sabemos que Parmênides nos diz para nos afastarmos desta via de investigação sob a alegação de que não podemos conhecê-la e nem dizê-la. Isto está explicitado logo após a sentença II, “pois nem conheceria o que não é (pois não é realizável) nem o dirias”¹⁸ e reafirmado no fr.8.7 “Nem de ‘o que não é’ permitirei que digas e pense, pois não dizível, nem pensável é o que não é”¹⁹ Suas afirmações sobre a indeterminação do caminho do não ser são tão vigorosas que afirmam que este caminho é completamente insondável (*παναπευθέα*), não sendo, portanto, um legítimo caminho.

Estas considerações acerca do caminho enunciado em II nos levam a crer que Parmênides considerava o “não ser” como um absurdo conceitual, um conceito mal formulado que, quando investigado com mais profundidade, revelaria sua incoerência. Como sugerimos, um dos motivos para a invalidade deste conceito pode ser encontrado na própria formulação da sentença II que possui em seu interior aquilo que outras passagens do poema proíbem: a união de ser e não ser. Se considerarmos que a sentença II pretende expressar o conteúdo do conceito correspondente a tudo aquilo que não é o caso, torna-se mais claro porque Parmênides considerou este conceito contraditório e, portanto, inválido. Parmênides parece indicar que o conceito de “não ser” não pode ser formulado

¹⁶ ἢ δὲ κρίσις περὶ τούτων ἐν τῶιδ' ἔστιν· ἔστιν ἢ οὐκ ἔστιν·

¹⁷ οὐ γὰρ μήποτε τοῦτο δαμῆι εἶναι μὴ ἔόντα

¹⁸ οὔτε γὰρ ἂν γνοίης τό γε μὴ ἔόν (οὐ γὰρ ἀνυστόν) οὔτε φράσαις.

¹⁹ οὐδ' ἐκ μὴ ἔόντος ἑάσσω φάσθαι σ' οὐδὲ νοεῖν· οὐ γὰρ φατὸν οὐδὲ νοητὸν ἔστιν ὅπως οὐκ ἔστι.

por nenhuma proposição, sendo por isso um conceito inválido, nem ao menos enunciável. Podemos reconstruir seu raciocínio da seguinte maneira:

- 1 “O que não é” equivale ao conceito formado a partir de todas as funções proposicionais falsas e nada mais.
- 2 Nenhuma proposição verdadeira pode estar incluída em “o que não é”.
- 3 “O que não é” precisa ser definido por uma proposição que expresse seu conteúdo essencial: ser tudo aquilo que é *falso*

Admitindo estas três premissas podemos nos perguntar qual proposição definiria “o que não é”. Se esta proposição definir corretamente “o que não é”, então, ela é uma proposição verdadeira, pois ela aplica-se corretamente a “o que não é”. No entanto, uma proposição verdadeira não pode servir de definição para aquilo que é essencialmente seu oposto. Ou seja, “o que é falso” não poderia ter como definição uma sentença verdadeira. Ao empregar o verbo “ser” e, imediatamente após, a negação deste mesmo verbo, Parmênides chama a atenção para a aparente contradição existente na tentativa de definir o que é o falso por meio de uma sentença verdadeira. Como não possui nenhuma sentença que possa defini-lo, o “não ser” torna-se um absurdo conceitual, nas palavras de Parmênides: “não dizível nem pensável”.

A acusação direcionada por Parmênides àqueles que pretendem dizer o falso, ou definir o que não é, está relacionada aos casos de inconsistência auto-referencial citados na seção anterior. O conceito de “não ser” pretende abarcar a totalidade dos enunciados falsos, e devido à oposição entre “ser” e “não ser”, o enunciado que pretende definir este conceito deve, necessariamente, estar contido nesta totalidade. Caso não estivesse, este enunciado faria parte do conceito de “ser” e, portanto, já cairia sob o domínio da primeira via de investigação. Contudo, pela própria definição da segunda via (ser o que não é [verdadeiro]) não pode haver nesta via um enunciado verdadeiro que, corretamente, defina o conceito subjacente a este caminho de investigação.²⁰

²⁰ Compare com o paradoxo do mentiroso: Por estar contido na totalidade que pretende definir, Epimênides não pode afirmar que todos os cretenses são mentirosos, pois caso esta afirmação fosse verdade, haveria um cretense não mentiroso o que a tornaria falsa. De maneira semelhante, o caminho do “não ser” não pode ser definido por uma sentença nele contida, tendo em vista que, ao defini-lo, esta sentença passaria a ser verdadeira e, portanto, parte do caminho do “ser”.

Fornecemos esta exposição do que pode ter sido o argumento de Parmênides contra a noção de “não ser” por acreditar que uma explicação deste tipo, mais formal, aproxima-se mais do intuito geral do poema que, notadamente, apresenta argumentos simples e de caráter lógico para derivação das características do conceito de “ser”. Vale ressaltar que a exposição que realizamos está de pleno acordo com aquilo que os comentadores citados na primeira seção deste capítulo consideram ser o argumento de Parmênides contra a possibilidade do discurso falso.

Como vimos, estes comentadores atribuem a Parmênides um argumento contra a possibilidade do discurso fundamentado em uma compreensão da linguagem como denotação. Isto é, o significado de um item lingüístico depende unicamente do objeto ao qual este item se refere, ou denota. Na ausência deste objeto real, ao qual o item lingüístico deveria referir-se, este item perde sua legitimidade. Passa a ser um mero ruído, quando deveria ser uma fala, ou meros rabiscos, ao invés de um escrito. Ora, este raciocínio é perfeitamente válido se empregado para nomes e termos (gerais ou singulares). No entanto, ao tentarmos compreender o significado das sentenças por meio destes mesmos parâmetros caímos em paradoxos. Isto se deve ao fato de que o critério para verdade e falsidade de sentenças também está fundamentado na mesma relação de denotação. Assim sendo, a definição para uma sentença falsa é: uma sentença que não corresponde a um fato real. No entanto, a relação com um objeto real, como vimos, determina o sentido de um item lingüístico, sendo que a ausência de correspondência resulta na ilegitimidade deste item. Isto é, como o critério de verdade e de sentido é o mesmo, uma sentença carente de um fato ao qual se refira não pode ser falsa, pois antes mesmo disto, ela já é sem sentido, mero ruído²¹.

Nossa exposição do argumento se propõe a esclarecer porque Parmênides e, por extensão, seus contemporâneos viam com tanta naturalidade a passagem de um item real do tipo proposicional (um fato) para um item do tipo objeto, assim como viam com naturalidade a passagem de um item lingüístico tipo

²¹ De fato, assumir que sentenças e nomes possuem o mesmo tipo de relação com a realidade é bastante natural e não devemos atribuir este fato a ignorância ou primitivismo por parte de Parmênides e seus contemporâneos. Bertrand Russell afirma, em *Filosofia do Atomismo Lógico* que ele mesmo assumia tal posição até um jovem aluno seu, chamado Wittgenstein, chamar sua atenção para o fato de que sentenças e nomes possuem diferentes formas de se relacionar com a realidade que pretendem exprimir.

proposicional (sentença) para um termo (nome). Nossa proposta é que esta passagem era tida como legítima devido a um certo realismo (no sentido escolástico do termo) por parte destes pensadores que aceitavam como válido um princípio similar ao princípio de existência irrestrita. Assim, do mesmo modo que, para Platão, a multiplicidade de coisas belas permite a postulação do conceito de Belo, ao qual estas coisas estão relacionadas, estamos sugerindo que “o que é” e “o que não é”, para Parmênides, representam o conceito do que é *Verdadeiro* e do que é *Falso*, respectivamente. Se aceitarmos este passo, segue-se quase que naturalmente a conclusão de que as sentenças falsas não possuem referência e, portanto, não possuem sentido. Pois, todas as sentenças e todos os fatos estariam contidos neste grande fato único: “o ser”, onde todas as diferenças entre as proposições verdadeiras seriam obliteradas. Sendo assim, se olho para minha caneta preta e digo: “a caneta é vermelha”, ou bem estou me referindo a alguma outra caneta vermelha presente em algum outro lugar e contida neste grande fato único, ou bem estou emitindo ruídos sem sentido com a boca. Afinal, o fato que daria sentido a estas palavras não está à disposição.